

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL

referências:

Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA

Brasília, DF, 12 de novembro de 2010.

CONTRIBUIÇÃO TÉCNICA N.º 004/2010

1

Assunto: Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA, elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA.

A Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL foi instada a apreciar, com vistas à sua aprovação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, o **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA**, elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA, versão eletrônica de setembro de 2010¹.

Dessarte, na qualidade de membro da CTIL, **apresento os motivos pelos quais entendo que tal plano não pode ser aprovado**, em face de seus fundamentos e objetivos, cingindo-me a aspectos institucionais e legais:

1. Os planos de recursos hídricos têm que ser elaborados por bacia hidrográfica e o território correspondente ao plano em perscrutação em nada se coaduna com uma bacia hidrográfica.

Antes da Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências, **a bacia hidrográfica já era usada como unidade básica de planejamento**, nos termos do artigo 20 da Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, que assim estabelece:

“Art. 20. As bacias hidrográficas constituem-se em unidades básicas de planejamento do uso, da conservação e da recuperação dos recursos naturais.”

Por sua vez, assim estabelece a Lei n.º 9.433/1997, sem revogar o disposto na Lei n.º 8.171/1991:

“.....
Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

.....
V – a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

.....
Art. 8º Os Planos de Recursos Hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País.

.....
Art. 37. Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação:

¹ Disponível no sítio eletrônico da Agência Nacional de Águas - ANA

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA

2

I - a totalidade de uma bacia hidrográfica;

II - sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou

III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

Parágrafo único. A instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União será efetivada por ato do Presidente da República.

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;

.....”
(as iluminações e os grifos são meus)

A Lei n.º 9.433/1997, no inciso V do seu artigo 1º, diz que a Política Nacional de Recursos Hídricos se fundamenta na bacia hidrográfica, tanto que esta é palco para a sua implementação, e que a gestão de recursos hídricos se dá por bacia hidrográfica, *mutatis mutandis*.

E tal lei, no seu artigo 8º, estatui que os planos de recursos hídricos serão elaborados essencialmente por bacia hidrográfica.

Dessarte, observa-se, cristalinamente, a transgressão legal...

2. A aglutinação de bacias hidrográficas para se formar um só comitê de bacia hidrográfica não legitima a confecção de um só plano de recursos hídricos.

É fato que podemos até ter comitês de bacia hidrográfica para grupos de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas (inciso III do **caput** do artigo 37 da Lei n.º 9.433/1997), como também é fato que a aprovação de plano de bacia hidrográfica compete ao respectivo comitê (inciso III do **caput** do artigo 38 da Lei n.º 9.433/1997). Entrementes, o que não se pode fazer é estabelecer-se uma correlação biunívoca entre planos de bacias hidrográficas e seus respectivos comitês, quando há aglutinação de grupos de bacia ou grupos de sub-bacias hidrográfica na formação de comitê.

Podem-se aglutinar bacias e sub-bacias hidrográficas para se formar um comitê, mas esse comitê aprovará tantos planos de recursos hídricos quantas forem as bacias hidrográficas com o compõem.

E quatro observações adicionais há:

- ◆ As bacias hidrográficas só podem ser divididas até a terceira ordem;
- ◆ Nas aglutinações de bacias hidrográficas para se formar um comitê de bacia hidrográfica têm que se respeitar a dominialidade das águas;
- ◆ As aglutinações acima citadas só podem se dar com respeito às ordens das bacias: aglutinações de 3ª ordem, aglutinações de 2ª ordem e até aglutinações de 1ª ordem, sem mistura de ordens;
- ◆ O emprego de bacia hidrográfica no singular, no inciso III do **caput** do artigo 38 da Lei n.º 9.433/1997, mostra que o espírito legal está em consonância com a tese por mim defendida.

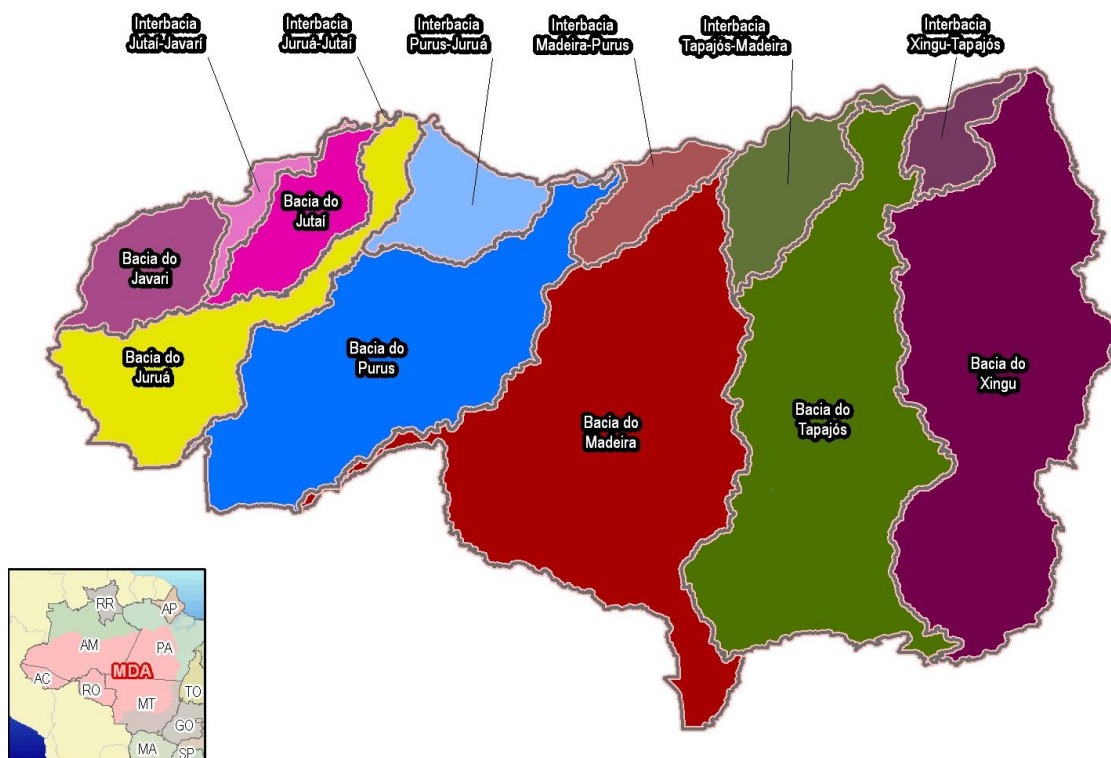
Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA

3



Mesmo que o propósito fosse aglutinação de bacias para se formar um só comitê, não para o estabelecimento de um só plano de bacia hidrográfica, a aglutinação apresentada na figura acima não poderia se dar, pois:

- A bacia do rio Jutai é uma bacia estadual, quando as outras são federais, em que pese todas serem de bacias hidrográficas de 2ª ordem (tributários do rio Amazonas);
- Na Interbacia Purus-Juruá há, dentre outras menores, as bacias hidrográficas do rio Coari Grande e do rio Tefé, estaduais e de 2ª ordem, que devem ser destacadas da hipotética aglutinação;
- Na Interbacia Madeira-Purus também há rios estaduais de 2ª ordem;
- Na Interbacia Xingu-Tapajós há rios estaduais de 2ª ordem, como o rio Curuá-Una.

Ademais, aglutinando-se todas as bacias federais de 2ª ordem, por um lado, para formarem um só comitê, e aglutinando-se, por outro lado, as bacias estaduais contíguas, por estado, as interbacias que surgirem seriam de 1ª ordem.

3. A subdivisão das bacias hidrográficas de 2ª ordem do plano em questão não contempla bacias hidrográficas de 3ª ordem.

Legalmente, a unidade básica de planejamento de recursos hídricos é a bacia hidrográfica, de maneira que a definição de UPH – Unidades de Planejamento Hídrico têm seguir aquela orientação normativa, ou seja, as eventuais UPHs devem coincidir com as bacias hidrográficas.

Toda a subdivisão das bacias de 2ª ordem tem que se dar segundo bacias hidrográficas de 3ª ordem.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

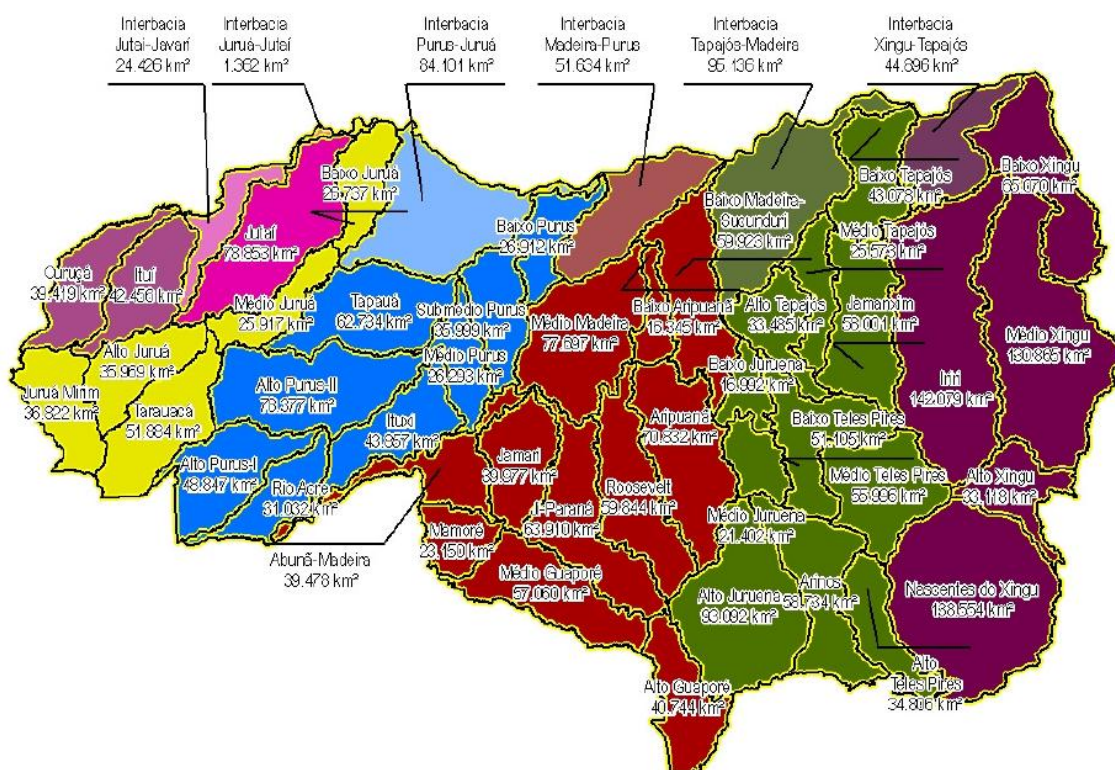
Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA

4

Aliás, o verdadeiro planejamento de recursos hídricos deve se dar nas bacias hidrográficas de 3ª ordem, uma vez que as bacias de 2ª ordem se constituirão em um conjunto complementar ao conjunto daquelas bacias. A bacia de 2ª ordem coincidirá quase que com a calha principal. Tal entendimento deve ser feito para as bacias hidrográficas de 1ª ordem, que será um conjunto complementar ao conjunto das bacias hidrográficas de 2ª ordem.



A figura acima, aliada ao texto constante do quadro abaixo, transcrito do item **6 – Visão de conjunto das bacias afluentes pela margem direita do rio Amazonas** do trabalho em questão, mostra que a unidade de planejamento adotada pela ANA não é a bacia hidrográfica.

Para efeitos de planejamento, as sete grandes bacias abrangidas pelos estudos e suas respectivas interbacias foram objeto de uma proposta de subdivisão em *Unidades de Planejamento Hídrico – UPHs* –, definidas em função da hidrografia, principais confluências, pontos notáveis do relevo, distribuição das áreas protegidas, abrangência municipal e principais núcleos urbanos, visando obter uma subdivisão que produzisse um grau mais adequado de discretização das diferentes variáveis consideradas ao longo dos trabalhos.

4. O ARRANJO INSTITUCIONAL PROPOSTO PARA O PRH-MDA NOS RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO – capítulo 11, não encontra respaldo na Lei n.º 9.433/1997.

Nos textos transcritos nos quadros abaixo apresentados vê-se uma nítida intenção de se subverter os princípios da Lei n.º 9.433/1997, pois o colegiado gestor imaginado nela não encontra respaldo.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA

Se as UPHs não correspondem a bacias hidrográficas, dizer que tal colegiado gestor terá caráter provisório, porque gradualmente ele criará comitês de bacia hidrográfica, é um tanto quanto forçoso.

Ademais, o plano em perscrutação se propõe a ser um plano de recursos hídricos, um plano de bacia hidrográfica, de sorte que não há sentido em o colegiado gestor em tela reportar-se a rios de domínio da União e não à bacia de que cuida, como proposto no título do capítulo 11.

5

11. ARRANJO INSTITUCIONAL PROPOSTO PARA O PRH-MDA NOS RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO

Por se tratar de uma área de mais de 2,5 milhões km², abrangendo cinco Estados (Amazonas, Acre, Pará, Mato Grosso e Rondônia), além de inúmeros rios fronteiriços e transfronteiriços, a implantação de um comitê de bacia na MDA não é apenas difícil, é impraticável em horizonte de curto prazo. Faz-se necessária a implementação de um **arranjo institucional capaz de fazer frente à complexidade de se gerenciar essas bacias, observados o conjunto que a MDA representa e as possibilidades abertas pela consideração integrada das mesmas, mas sem perder de vista o domínio dos corpos hídricos, permitindo a evolução para a gestão descentralizada e participativa**, nos moldes preconizados pela Lei nº 9.433/97.

11.1. O Colegiado Gestor do PRH-MDA

No PRH-MDA propõe-se um arranjo institucional que tem como referência o implantado no Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia. Nesta região, assim como na MDA, a dificuldade de implantar, num curto prazo, o comitê da bacia dos rios Araguaia e Tocantins, em razão de suas dimensões e complexidades, entre outras, levou a proposição de criação de **um Colegiado Gestor de Recursos Hídricos, com a responsabilidade de dar início à implementação do Plano, promover a gradual criação de comitês de bacias afluentes e, finalmente, de um Comitê de Integração**, proposição esta, acolhida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos quando da aprovação do referido Plano, pela Resolução nº 101, de 14 de abril de 2009.

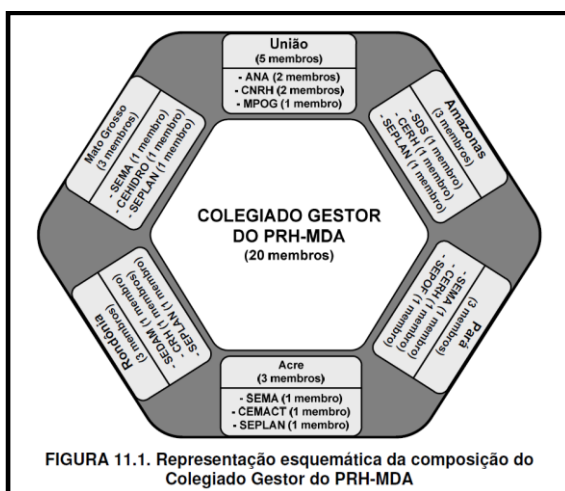


FIGURA 11.1. Representação esquemática da composição do Colegiado Gestor do PRH-MDA

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH

referências:

Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica: Afluentes da Margem Direita – PRH-MDA

5. Conclusões.

Esclarecendo que não tive tempo de ler todo o trabalho acima comentado, seja por sua disponibilização recente (setembro de 2010), seja por sua extensão, **aduzo que ele não pode ser aprovado como plano de bacia hidrográfica ou plano de recursos hídricos**, pelas razões expostas.

Atenciosamente,

Fred Crawford Prado

Representante do Ministério dos Transportes na CTIL